

# História da Mannesmann

## 6-1-66 no Brasil (II)

RUBEM BRAGA

COMECEI ontem a transcrever um trecho do livro «A Escalada» de Afonso Arinos de Melo Franco, em que ele se refere aos começos das atividades da Mannesmann no Brasil. Estamos em janeiro de 1949, e um dos projetos a serem votados na Câmara é o relativo à situação dos bens dos súditos do Eixo. Lemos Arinos:

«Naquele mesmo dia (era 25 de janeiro), o projeto devia entrar em votação, a requerimento do deputado paulista Toledo Piza. Levantei, no momento, uma questão de ordem, na qual pedia o adiamento da votação para o dia imediato e explicava: «A razão é a seguinte: sobre um dos artigos a serem votados possuo documentos de grande importância, que me foram fornecidos pelo senhor ministro das Relações Exteriores, com quem me comprometi, na medida do possível, a esclarecer o plenário da Câmara sobre o conteúdo do referido artigo.»

O relator da matéria, que era o deputado Toledo Piza, meu amigo e a quem havia informado previamente sobre a situação, concordou com o adiamento. A matéria foi retirada da pauta, provocando certa curiosidade entre os jornalistas e preocupação entre os poucos interessados.

No dia seguinte, a contragosto (repito que não me agrada envolver-me nesse gênero de assuntos), contei a história para um plenário silencioso e estupefacto. A história, rigorosamente colhida nos elementos que me haviam sido enviados pelo Itamarati, era, em poucas linhas, esta: Havia em São Paulo uma empresa alemã cujo acervo, como o das demais firmas germânicas em funcionamento no Brasil, fora incorporado ao fundo de indenizações destinado a compensar as perdas dos brasileiros causadas pela campanha submarina nazista.

A constituição dessa empresa já fora bastante estranha e complicada. Em síntese ela foi constituída mediante compra de uma firma brasileira de São Paulo, por um alemão de Buenos Aires, que era representante da Mannesmann, de Dusseldorf. Este alemão, no entanto, passou uma ressalva por intermédio do Banco Alemão Transatlântico (o Banco Alemão Transatlântico, cuja liquidação durante a guerra foi chefiada por Virgílio, era a verdadeira agência financeira de Hitler no Brasil), na qual reconhecia os direitos absolutos da Mannesmann sobre as suas ações.

Com a mudança de rumos da guerra e a probabilidade cada vez maior da derrota nazista, o capital industrial alemão, que financiara a subida do nazismo, começou a dele se desvincular. No caso em exame, a Mannesmann conseguiu testas-de-ferro brasileiros que, com dinheiro dela, subscreveram um substancial aumento de capital da firma alemã de São Paulo. Depois veio a compra das ações restantes, pelo mesmo grupo de testas-de-ferro. Inquirido pelos representantes do Banco do Brasil sobre a origem dos recursos com que haviam levado a efeito a compra, os pretensos compradores exibiram uma certidão de corretor de fundos da Bolsa de São Paulo, de que haviam vendido títulos no valor necessário. Apurou-se que a certidão era mentirosa. No dia designado não se haviam vendido títulos dos interessados.»

Amanhã terminarei a transcrição desse interessante trecho do livro de Afonso Arinos.